

Pesquisa mostra consciência progressista na Constituinte

08 FEV 1988

JORNAL DO BRASIL

1988

Se os constituintes votassem segundo sua consciência, e não segundo seus interesses, a nova Constituição seria bem mais progressista. Esta é a principal conclusão de uma pesquisa feita pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), Inesc (Instituto de Estudos Sociais e Econômicos) e pela Universidade de Brasília. Isso significa, segundo os pesquisadores, que deputados e senadores pensam de um modo e votam de outro, pressionados pelo governo ou por causa de vantagens materiais.

Para Herbert de Sousa, do Ibase, "se prevalecer a consciência, a esperança não está morta; mas se prevalecer a interpretação perversa de São Francisco de Assis (é dando que se recebe), estamos perdidos".

Batalha — No geral, Herbert (o Betinho, irmão do Henfil) acha que a batalha dos que lutam contra o conservadorismo na Constituinte não está perdida: "A esperança reacende, pois os constituintes são conscientes. E as primeiras votações definitivas mostram que o *Centrão* é um blefe, um buraco vazio que se define em torno do não."

Os números são bastante significativos: 36,4% dos constituintes preferem um governo fundado na representação política dos partidos, enquanto 33% querem um governo que garanta as liberdades individuais. E somente 3,1% são a favor de um governo forte, que imponha ordem e preserve valores.

Quanto ao mandato dos presidentes da República, 50% preferem cinco anos e os restantes se dividem entre quatro anos (com ou sem reeleição) ou seis. Quanto ao mandato específico de Sarney, 43,2% querem quatro anos, 32,7% preferem cinco e 9,9% falam em seis anos.

Como explicar a vitória do *Centrão*? Emanuel Vieira Filho, do Ibase, responde: "Votar contra o Planalto significa perder todos os cargos do segundo e terceiro escalão nos estados, e não ter mais verbas."

A pesquisa teve como universo os 559 constituintes de 12 partidos. Trabalhou com hipótese de incerteza máxima, com margem de erro de 6,5%, nível de significância de 93,5%, e ouviu 162 pessoas.

Dívida — Em relação à dívida externa, apenas 6,2% acham que se deve assumi-la integralmente. O Brasil precisa reavaliar o montante da dívida, segundo 28,4% dos constituintes. Já 28,4% dizem que se pode reconhecer a dívida, mas não comprometer-se a pagá-la.

Quanto a sindicatos, os constituintes mereceriam os aplausos de Lula. Um percentual de 30,9% pensam que os sindicatos devem ser totalmente livres, e apenas 9,7% concordam com a forma atual, que é de liberdade debaixo de regulamentação do governo. O quadro muda um pouco quando 28% pensam que os sindicatos devem tratar apenas de assuntos diretamente ligados ao trabalhador; já 22% querem os sindicatos lidando com o trabalhador e diversos outros campos. Este dado é para ser pensado pela CUT e CGT: 45% dos constituintes são pela pluralidade sindical, enquanto 37% pregam a total unicidade. Além disso, 93,2% dos 162 constituintes ouvidos são a favor da reforma agrária.

Reserva — Nacionalistas ferrenhos, deputados e senadores defenderam em maioria absoluta (68,5%) a reserva de mercado e apenas 11,7% foram contra. Trinta e seis por cento querem reserva para informática e 15,7% para química fina. O resto se divide em percentagens menores, sendo a maior delas para medicamentos (5,4%).

A jornada de trabalho mostrou como é que se faz uma conta de chegar na Constituinte. O maior número de deputados e senadores é a favor de 40 horas

semanais (38,9%) ou de 48 horas (29%). Apenas 8% defendem as 44 horas. Mas como o debate se radicalizou muito, na Comissão de Sistematização a maioria acabou optando pela solução conciliatória de 44 horas.

Mas o setor em que os deputados (ou pelo menos suas opiniões) são mais generosos é o dos direitos sociais. Setenta e um por cento acham que os empregados devem participar do faturamento das empresas, e apenas 17,3% são contra. E 65,4% são a favor da co-gestão dos empregados na direção das empresas, contra 19,1%. Além disso, 82,7% querem aposentadoria para as donas-de-casa. E mais: 67,9% são favoráveis às comissões internas de empregados nas empresas. Quanto à estabilidade no trabalho, 48% são favoráveis a ela depois de cinco anos de casa, e 24% depois de dois anos de contrato.

A questão do negro também foi abordada. Oitenta e dois por cento acham que há discriminação racial no país, dos quais 52,1% pensam que esta discriminação é social e econômica. Um reflexo dessa postura se refletiu na recente votação que considerou a discriminação racial crime inafiançável.

Quanto às usinas nucleares, 38,1% acham que sua instalação deve ser resolvida pelo Congresso e 43,5% querem consultar o Congresso e as comunidades envolvidas. Sobre a família, a decisão também é surpreendentemente avançada: a maioria prega igualdade absoluta entre o homem e a mulher e derrubaria, na prática, o atual pátrio poder.

Onde deve ser feita a reforma agrária

Grandes extensões de terras mal exploradas	20,7%
Grandes extensões de terras privadas ociosas	25,1%
Quando for ultrapassado limite máximo da região	9,3%
Grandes extensões, mesmo produtivas	4,6%
Em terras públicas	21,4%
Em áreas de conflitos	15,8%